

Resumo: Quando se trata de aspectos culturais fortalecidos no século XVIII, a organização de bibliotecas, Academias de “Sciencias”, música e literatura foi um fenômeno comum aos reinos europeus afoitos por ostentar o legado e as práticas de cultura de suas majestades e suas cortes. Interessados na ascensão do reino através das luzes da razão e do cientificismo, pensadores e estudiosos de época passam a angariar coleções inteiras as instituições de educação e cultura. Em Portugal, apesar de suas peculiaridades na tradição erudita, não foi diferente. O presente projeto traz uma proposta de pesquisa que se atenha a essas relações estabelecidas entre os letrados iluministas, em Portugal, e sua relação com as bibliotecas, principais, instituições de conhecimento. Para isso, parte-se das doações realizadas, através de documentos do Bispo Manuel do Cenáculo, um dos principais atores da reforma empregada pelo ministro durante a Era Pombalina.

Projeto de Pesquisa: **REPRESENTAÇÕES DO LIVRO E DO CONHECIMENTO NO ILUMINISMO PORTUGUÊS: A BIBLIOTECA DO BISPO DE BEJA**

Jamaira Jurich Pillati ¹
Cláudio DeNipoti ²

INTRODUÇÃO

Alguns movimentos históricos, quando citados, terminam sendo permeados por generalizações que acabam resguardando as peculiaridades que lhe podem ser atribuídas nos diferentes lugares onde ocorreram. O Iluminismo enquanto período de manifestações culturais e eruditas que modificou gradativamente o modo de pensar das elites na Europa do século XVIII, é um movimento intelectual e cultural que tomou diferentes características nos reinos europeus, e, por conseguinte, em suas colônias, por isso, passível de diferentes visões e interpretações.

O Iluminismo, como movimento histórico, é objeto de estudo rico em particularidades culturais. Muitas vezes pensado, aos moldes franceses, na boemia artística, na efervescência de ideias políticas e no confronto da razão com os dogmas religiosos. Em Portugal, um contexto social e político característico, a Reforma Pombalina, dá um sentido mais prático às “luzes” da época, utilizando dos livros e do conhecimento, seja através do incentivo ou da proibição, em um projeto de desenvolvimento da nação. Para além de reformas administrativas, como o controle do Tesouro nacional e as intervenções políticas nas colônias – que tornariam o Brasil vice-reino – as medidas tomadas por Pombal definiram novas posturas no reino, principalmente, no que diz respeito às políticas educacionais. (DARTON, 1996).

Algumas peculiaridades quanto as suas práticas culturais e organização política foram claramente notadas por olhares externos. Relatos de viajantes retratam, nas primeiras décadas de 1700, Portugal se encontrava em uma situação de descuido quanto a seus prédios e construções. À precariedade em que vivia a população fosse pela falta de água, o lixo e a sujeira que tomavam a cidade, observado até mesmo nas escadarias do palácio, fosse ainda a fal-

1 Mestranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, possui graduação em História - Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Especialista em Mídia, Política e Atores Sociais também pela UEPG. Email: jamairajurichp@gmail.com

2 Orientador. Pós-Doutor pela USP, Doutor em História pela UFPR. Professor Associado do Depto. de História e Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História – UEPG.

ta de iluminação, que tornava as ruas, a partir de determinada hora, bastante perigosa. Apesar de toda riqueza vinda das colônias, principalmente das Minas Gerais, há pouco, descobertas no Brasil, a arquitetura de Lisboa parecia bastante pobre e carente de originalidade.

Se o clima merecia reverência, bastante diferente eram as descrições acerca da escassez de água, da falta de comodidade das casas e da pouca personalidade dos palácios locais, que revelavam não só uma arquitetura pobre como a falta de cuidado que recaía sobre a capital. Os edifícios, pouco originais, pareciam representar um exemplo do descaso reinante. Feitos de tijolo e madeira, eram quase sempre compostos de dois andares (embora alguns poucos chegassem a três), apresentavam uma fachada sóbria e sem maiores decorações ou detalhes. No plano baixo, apenas uma porta de entrada simples e algumas janelas com gradeamento completavam o cenário um tanto austero. Já nos andares superiores protegiam-se as janelas com gelsias, uma vez que vidros eram raros em Lisboa. Se a decoração exterior era reduzida, a mesma sobriedade se verificava no interior: uns tantos azulejos decoravam o ambiente, de tetos retos e poucos móveis. (SCHWARTZ, 2002, p.43).

A vida cultural na cidade não era muito movimentada e dependia da vinda de atores e músicos de outros países. A figura da família real e da nobreza, que agitava a vida dos súditos de outros países em suas caçadas e passeios que mobilizavam um imenso número de damas e cavalheiros da corte, também não eram presentes no cotidiano lisboeta. A vida na corte, bastante apática, era refletida no dia a dia do povo. Assim, o que restava de diversão e movimentação eram as atividades religiosas, festas, procissões, autos de fé do Tribunal do Santo Ofício. Portugal possuía uma população de fervorosa tradição católica, e eram estas ocasiões que agitavam a vida social em Lisboa. As instituições religiosas tomavam a cidade, conventos, mosteiros, capelas, igrejas, decoradas com o ouro e a prata das colônias, trazendo certo prejuízo ao Estado, pelo dispêndio de mão de obra e contribuição

financeira, fatos que refletiam, também, o poderio que a Igreja detinha no país.

Uma cultura do conhecimento, há muito solidificada, fazia com que a nobreza quisesse se mostrar letrada fosse por carregar bem às vistas, óculos, símbolos de leitura, fosse pela obtenção de livros, manuscritos e obras ou pela construção de grandes bibliotecas. Em seus estudos sobre a França do Antigo Regime, Roger Chartier (2004) identifica que estas regras de aparência, como maneira de distinção, eram ligadas, também, aos fenômenos de publicação e circulação de livros que tornaram os manuais e ensaios sobre civilidade mais acessíveis e conhecidos.

Ainda no século XIV, com a retomada das terras portuguesas do domínio dos mouros, a preocupação dos monarcas com a educação e com a recuperação da história do reino, vista a unificação, fez com que coleções de livros fossem reunidas na corte. Porém, Afonso V (1438-1481) foi quem se deu conta da importância de disponibilizar as obras aos estudiosos, originando a conhecida Livraria Real. A União Ibérica, que perdurou até 1640, muitas dessas obras foram levadas à Espanha e, com isso, a biblioteca real perdeu sua importância. Foi em meados dos setecentos que d. João V passou a investir verdadeiramente na constituição de uma biblioteca real. A Livraria cresceu a passos largos e chegou a ser considerada uma das maiores da Europa, em números e pela preciosidade das obras e figuras que a estamparam, ganhou um novo prédio e funcionários para confeccionar os catálogos, além dos editores que se encarregariam das edições de luxo com as cores e o brasão do rei. Essa prática foi comum entre os monarcas de diferentes regiões. D. João teve sua imagem dividida entre o rei de exacerbação religiosa, glutton, colecionador de amantes e desinteressado da política, retratado em crônicas do tempo, como o rei que na juventude adorava os livros e o “Magnânimo” da cultura, como ficou conhecido.

A verdade é que não só a Livraria Real, como as bibliotecas de academias, conventos e ordens religiosas, tiveram grande crescimento ao longo do século XVIII. Durante seu reinado D. João V, além de ordenar suntuosas construções como o Convento de Mafra e o Aqueduto das Águas Livres, incentivou o crescimento da Universidade de Coimbra e a criação de diversas academias em Lisboa, entre elas, a academia Real de História. O crescimento das academias, assim como as aquisições na Livraria Real, eram práticas culturais que embutiam prestígio a figura do soberano e, ainda, respondiam ao investimento na resolução de questões de estudos geográficos e cartográficos, cruciais ao desenvolvimento de todo o reino e suas colônias. (SCHWARCZ, 2002).

Apesar de críticas ligadas à religiosidade do rei João V, o espírito católico do Estado português não foi combatido pelas ideias iluministas. Ao contrário, obras de combate e crítica à Igreja, assim como as obras protestantes, foram duramente censuradas. Os homens da Ilustração em Portugal eram em sua maioria clérigos, que elaboraram duras críticas ao fanatismo religioso e a crença exacerbada no sobrenatural. Apoiavam a razão e a ciência ao lado dos dogmas da Igreja, sem que houvesse embates. Foram antijesuítas, mas em momento algum contra a religião.

Com a morte do monarca, em 1750, d. José I veio a substituí-lo, o novo rei não parecia ser um grande interessado em política e cultura, independente disso, a biblioteca já estava bem alocada e administrada. Mesmo assim não poderíamos saber seu futuro nas mãos do novo rei, em 1755 o grande terremoto que destruiu quase toda a cidade de Lisboa, seguido de um incêndio, consumiu rapidamente não só todos os livros como o prédio que os abrigava.

Após a destruição da capital era necessário reconstruir o país, em todos os sentidos. Nesse momento um ministro do rei d.

José I, Sebastião José de Carvalho e Mello, teve um papel fundamental nas futuras políticas de Estado em Portugal. Tão importante teria o ministro que se tornaria, em 1759, Conde de Oeiras, e, em 1769, Marquês de Pombal. O ministro do rei executou uma política de centralização de poder nas mãos do monarca, realizou diversas reformas administrativas, cercando-se daqueles em quem confiava. Entre eles um jovem religioso, d. Manuel do Cenáculo.

Manuel do Cenáculo Villas Boas Anes de Carvalho, nasceu em Lisboa em 1724, Foi Bispo no distrito de Beja, e mais tarde, Arcebispo de Évora, ambas localidades ao sul de Portugal. Nascido em Lisboa e de origem humilde, ingressou ainda jovem na Terceira Ordem de São Francisco. Coursou humanidades e teologia em Coimbra, onde se doutorou em 1749, assumindo, pouco mais tarde, uma cadeira de regência na mesma universidade.

Como erudito de seu tempo se envolveu nas mais diversas atividades letradas, seja como historiador, filósofo, humanista, arqueólogo e, como é citado em vários estudos, bibliófilo. Como reformador, atuou entre as conhecidas intervenções e reformas de Pombal, a Real Mesa Censória portuguesa. Conhecedor e admirador do iluminismo, o marquês conhecia o poder e os “perigos” que as leituras e os livros podem exercer. Desta forma, aliando sua clara vontade de fortalecimento do estado absoluto e diminuição do poderio da Igreja, a Real Mesa passou a funcionar como órgão regulamentador de livros e escritos.

Esta instituição deteria, a partir de então, os direitos de censura que antes estavam dispersos por três autoridades diferentes: a Coroa (através do Desembargo do Paço), os bispos e a Inquisição. Ficavam a perder, portanto, a Inquisição e os bispos. A primeira, presidida agora por um irmão de Pombal, não tinha muita margem de manobra. “Perdera, também, entretanto, o direito de executar

a pena de morte. Perdera principalmente uma de suas grandes razões de viver quando Pombal – perdão, Dom José I – decidiu abolir a distinção entre cristãos – novos e cristãos – velhos.” (TAVARES, 2005, p. 136).

As políticas do marquês causaram divergências, logo combatidas com punições graves àqueles que se mostravam seus inimigos. Desta forma, o corpo de censores foi todo renovado com aqueles que estavam do seu lado, dentre eles, D. Frei Manuel do Cenáculo, nomeado deputado da Real Mesa Censória em 1768, pouco tempo depois, 1770, nomeado Bispo de Beja.

A criação da Real Mesa Censória fez parte da conhecida Reforma educacional empregada por Pombal. Entre 1758 e 1760 quando as ações jesuíticas no Brasil entraram em conflito com os planos de povoamento e emancipação indígena que o Marquês tinha para a colônia, seu empenho em expulsá-los terminou por deixar dezenas de instituições de ensino sem tutela. A inauguração das aulas régias, passando o controle dos espaços de educação para o estado, deu início a uma reforma pedagógica que aproximou os ideais de Ilustração do ensino, a favor do Estado português. Nos escritos de Antônio Ribeiro Sanches e Luís Antônio de Verney, principais pensadores da reforma, compreendiam que o desenvolvimento das ciências e das letras trariam o progresso a nação, neste contexto que a Universidade de Coimbra, onde Cenáculo teve sua formação e exerceu docência. Organizada entre 1770 e 1777, era definida como espaço de formação da elite intelectual ligada as ciências empíricas, a ordem política e religiosa. Os métodos e concepções utilizados pelos jesuítas foram rechaçados pelos reformadores, acusando-os de responsáveis por tempos obscuros e de atraso científico, e uma nova Universidade foi estruturada. (VILLALTA, 2011).

Cenáculo era grande comprador de livros, tendo reunido diversos tomos em sua biblioteca. O exercício de censor só fez com que

aumentasse seu contato com todos os tipos de obras, que seriam proibidas, ou não, aumentando não só suas listagens como seus interesses em diversas áreas da erudição. É importante ressaltar que os membros da Real Mesa Censória tinham seus atos de censura definidos para muito além da proibição. Sua ação refletia as relações de interesses na publicação de obras, das políticas de valorização e poderio intelectual. Segundo Tavares:

A censura é um diálogo que por vezes se assemelha a um jogo de xadrez: a presciência do censor a respeito das leituras possíveis do texto chega ao ponto de incluir ainda a previsão das possíveis apropriações do texto por parte dos leitores, e a antecipação política das possíveis utilizações retóricas da passagem citada por parte dos leitores. (TAVARES, 1999, p. 141).

Cabia aos censores não só a aprovação, mas as devidas modificações que adequariam a obra aos valores do Estado, para que houvesse a apropriação compatível por parte dos leitores. O reconhecimento de obras apenas para as que acordavam com os ideais de leituras da Ilustração portuguesa e que contemplassem os debates intelectuais do período, ou seja, também a censura era uma prática política.

O Bispo mantinha uma preocupação primordial com a educação e não foi só fundador de várias bibliotecas públicas, em Beja e em Évora, como também fez doações importantes a outras tantas (DOMINGOS, 2006), assim como manteve correspondência e troca de obras com diversas figuras da Europa da sua época. A doação como estímulo à erudição era prática comum entre intelectuais da época, seguindo a tradição da propagação das ideias, vindas do Iluminismo francês. (CHARTIER, 2001).

Entre os diálogos mantidos por Cenáculo, podemos encontrar correspondências, a respeito de um donativo, com o desembargador e bibliotecário mor Antonio Ribeiro dos Santos. Nascido em 1745, estudou huma-

nidades no Brasil e direito na Universidade de Coimbra. Onde, também, exerceu o magistério. Era membro da Academia das Ciências de Lisboa, cronista da Casa de Bragança e, assim como o Beja, censor régio. Dedicou-se a historiografia, linguística e literatura.

Antonio Ribeiro organizou a biblioteca da Universidade de Coimbra. Em plena reforma pombalina, redigiu documentos sobre parâmetros para bibliotecas, como criação de catálogos, atualização de coleções e regimento interno, ainda, defendeu sua maior abertura ao público. Em 1796 foi nomeado diretor da Real Biblioteca Pública da Corte, sob o reinado de Maria I. Sua troca de correspondência com D. Frei Manuel do Cenáculo, diz respeito a uma doação para a respectiva biblioteca.

O recorte espacial da pesquisa se concentra no Império Português, vista a impossibilidade de dissociar Portugal de suas colônias, sob as quais incidem as mesmas medidas políticas da metrópole. É importante deixar claro essa delimitação, lembrando das diferentes significações dos domínios do Império Português, sendo as regiões resultados de processos históricos e sociais dinâmicos,

e que é nesse quadro que deve mos enquadrar a experiência individual dos actores do passado, que se processava em diferentes contextos e territórios sociais, dando origem a representações do mundo que não coincidem necessariamente com as dos actores e dos cientistas sociais da nossa contemporaneidade. (RODRIGUES, 2008, p. 7-8)

Essas considerações são essenciais para que se evitem anacronismos a respeito do que representava o Império Português para esses letrados no século XVIII.

A proposta de um estudo de caso específico, a respeito das trocas de livros e correspondências de Manuel do Cenáculo, pode trazer contribuições significativas a história intelectual e do livro em Portugal. Em um momento em que o conhecimento tinha alto valor e que a palavra impressa representava

materialmente este conhecimento, a importância das bibliotecas e, logo, daqueles que trabalharam por sua formação, faz com que essas relações e suas respectivas representações naquele contexto se apresentem como rico objeto de pesquisa.

Objetivos

Analisar as representações dos livros e da importância do conhecimento em uma diferente configuração de sociedade no século XVIII em Portugal;

Analisar como se estabeleceram as práticas culturais de sociabilidade e de leitura de determinados homens de letras que deixaram vestígios nas políticas culturais e na reforma educacional durante a administração do Marques de Pombal;

Investigar aspectos, peculiaridades e efeitos do Iluminismo em Portugal.

Analisar as formas de apropriação dadas às obras através da formação de bibliotecas.

Fontes e metodologia

As fontes a serem utilizadas na pesquisa encontram-se, originalmente em Lisboa, mais precisamente na Academia das Ciências de Lisboa, onde foram digitalizadas e encontram-se preservadas e disponíveis em mídias digitais. São dois documentos diferentes e de datas muito próximas, que elucidam práticas e usos dos livros e das leituras feitas pelo Bispo de Beja.

O primeiro consiste em um catálogo de doação de livros, que se encontra em formato de brochura, manuscrito e sem paginação. Datado de 1795, o documento se refere a uma doação de obras pertencentes ao *Bispo de Beja à Livraria aos seus Padres de N. Senhora de Jesus de Lx^a*, ordem franciscana à qual o próprio Cenáculo pertenceu. A lista de obras doadas, em seu original, está dividida da seguinte forma:

Manuscritos, sendo uma listagem de 55 obras, e a lista de Impressos, contendo 36. Há, ainda, um *Acréscimento ao Donativo*, de letra de mesmo punho, listando 8 Manuscritos e 32 Impressos. Encerrada esta listagem, o catálogo possui, por fim, uma listagem de obras distintas. A caligrafia desta listagem não se assemelha com a até então observada, no entanto, foram também transcritos, na hipótese de mais um adendo de doação.

Os livros listados no catálogo de doação são indícios das leituras que eram feitas pelo seu doador, quais livros lhe interessavam, qual era sua importância e valor cultural. Algumas das obras contém anotações quanto a sua raridade, alguns “raros”, outros “raríssimos”, que junto ao segundo catálogo ilustram a representação do livro para aqueles pensadores.

Entre 1796 e 1797, Manuel do Cenáculo manteve correspondência com o desembargador Antonio Ribeiro dos Santos, Bibliotecário Mor da Real Biblioteca de Lisboa, e outras figuras diplomáticas importantes do Império, como Rodrigo de Souza Coutinho. Algumas correspondências recebidas e enviadas estão transcritas em documento, também em brochura, intitulado *Cartas Avulsas do Ex.^{mo} R.^{mo} Senhor Bispo de Beja e a Correspondencia incompleta com o Desembargador Antonio Ribeiro dos Santos sobre os livros, e a raridade que o Ex.^{mo} Prelado oferecido á Real Biblioteca de Lisboa e outros papéis adquiridos por Fr. Vicente Salgado Ex Geral e chronista da congregação da Terceira Ordem de Portugal*. Essa coletânea, digitalizada, é composta de noventa e três páginas, agrega vinte e cinco cartas, três em latim e vinte e duas em português; doze textos, sendo seis em latim e dois em português e três epígrafes, duas em latim e uma em português.

Grande parte da correspondência possui não só páginas recebidas como as que foram enviadas. Outro fato curioso é que naquele momento houve uma preocupação com a preservação das cartas por parte de outra pessoa. Frei Vicente Salgado era um religioso pertencente à mesma ordem eclesiástica de Cenáculo.

Sua contribuição em estudos e escritos tem reconhecida importância historiográfica e no campo arqueológico, seja pela preocupação em preservar antiguidades como em seus escritos de história, entre eles, *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve* (Lisboa, 1786, da qual existe uma edição fac-simile digital da Associação Campo Arqueológico de Tavira, Tavira, 2003), *Colecção das Memórias Literárias para a História de Portugal*, *Memórias Ecclesiasticas para servirem a história da Igreja Cathedral do Algarve*, além de compilação de obras de outros autores.

Ainda entre as fontes, há o catálogo de doação do qual se referem as cartas. O *Catalogo Methodico dos Livros, que o Ex.^{mo} e R.^{mo} D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas-Boas, bispo de Béja Doou à Real Bibliotheca Publica da Corte No anno de 1797*, encontram-se no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, já digitalizados e disponibilizados na rede. Composto por 3 tomos os livros serão contabilizados e os dados a respeito da lista organizados, no intuito de investigar as obras, a relação com as reformas no ensino e nas instituições de cultura e o entendimento dos pensadores quanto à importância da formação das bibliotecas.

As correspondências serão trabalhadas no sentido de ler nos discursos as representações que estes letrados faziam de si, enquanto homens das luzes, e das bibliotecas que formavam, inseridas no projeto reformador do Estado, seja à Era Pombalina, seja na Viradeira de D. Maria.

Sendo as fontes manuscritas, o primeiro passo para a realização da pesquisa é a transcrição e digitação das fontes. O catálogo de doação ao convento franciscano, mais especificamente uma listagem de obras, já foi transcrito. Foi também realizada uma pesquisa prévia a respeito dos títulos doados, utilizando como fontes, livros, artigos e alguns sites de conteúdo pouco mais científico, como objeto de pesquisa realizada em 2011, como projeto

de pesquisa PROVIC-UEPG “Os livros do Bispo de Beja doados ao Mosteiro de N. Sra. de Jesus de Lisboa em 1795”. Desta forma, foram observados o autor, o conteúdo das obras, seu histórico, se ainda pode ser encontrada em algum acervo, e se possível informações sobre a obra física descrita no catálogo. Essas informações consideram dados como, local, ano, número da edição, formato, ilustrações, destacando a importância da história do livro quanto à sua materialidade para uma investigação mais ampla. Segundo Chartier:

Aqui nos aproximamos de um ponto metodológico importante que nos remete à discussão ou colaboração entre historiadores que vêm de uma tradição de história social e cultural, como é meu caso, e que pertencem ao mundo – não quero dizer escola porque não me parece que haja escola – dos *Annales*, à sua tradição, com historiadores da leitura, bibliógrafos, paleógrafos e outros, o que implica reconhecer o vínculo essencial entre o texto em sua materialidade, que suporta os textos, e as práticas de apropriação, que são as leituras. (CHARTIER, 2001, p.29)

Não é em todos os tomos que encontramos informações suficientes, no entanto, poucos existem que não contenham sem nenhum tipo de informação.

Feito isto, para que se facilitasse a leitura de dados gerais sobre o catálogo, as informações foram sistematizadas da seguinte forma: foram elaboradas três tabelas organizacionais que serviram de base para a análise. A primeira consiste em uma listagem das obras doadas e das seguintes informações: título, autor, classificação, local da edição, idioma, ano de edição, número de volumes e número da edição. Com base neste primeiro tabulamento foram elaboradas outras duas tabelas com porcentagem e numeração em relação a país de edição/quantidade de edições e; idioma/período de edição, que permitem cruzamentos dos dados obtidos. O segundo catálogo por seu volume, não será transcrito na íntegra, mas as informações serão organizadas e sistematizadas.

Buscando uma análise em relação aos livros

e doações, as informações deste documento serão confrontadas com as correspondências relacionadas a doações à Real Biblioteca de Lisboa.

Assim, o trabalho também pode ser inserido no campo de estudos da história da palavra impressa, buscando investigar as práticas de leitura e escrita de uma determinada época, neste caso as leituras do oitocentos em Portugal. Este catálogo é composto de uma coleção de cartas pessoais que precisam, ainda, ser transcritas. Levando em consideração os aspectos da fonte, como a grafia da época, o português arcaico, e mesmo algumas correspondências em latim, torna relevante o tempo a ser despendido para esta tarefa cautelosa. Depois de cumpridas essas primeiras etapas, um exame dos textos a respeito das representações do livro e do conhecimento para esses pensadores é que serão objetos diretos da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura:** ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750 – 1821). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.

CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História:** Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

_____, Roger. Textos, impressão, leituras. In. HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____, Roger. “O Homem de Letras”. In Michel Vovelle (org.), **O Homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

CURTO, Diego Ramada. **Cultura escrita: séculos XV a XVIII**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8299.pdf> Acessado em: 23/03/2012.

DARTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1992.

_____, Robert. **O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775 – 1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOMINGOS, Manuela D.(orgs.). **Casa dos Livros de Beja: doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte**. 2ªed. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2006.

FISCHER, Steven R. **História da Leitura**. Tradução Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e (org.). **As reformas pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

OSSWALD, Maria Cristina. Aspectos de devoção e iconografia dos Quarenta Mártires do Brasil entre os sécs. XVI e XIX. **Via Spiritus** Vol. 15 Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2008.

OUTEIRINHO, MARIA DE FÁTIMA. O sé-

culo de Voltaire e de Rousseau : reflexões em torno da recepção de François-Marie Arouet e de Jean Jacques Rousseau em Portugal. **Intercambio**. N. 4. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras 1993.

PAIVA, Eduardo e França (org.). **Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)**. São Paulo: Annablume, 2006.

PORTUGAL, Biblioteca Nacional. **Casa dos Livros de Beja: doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte**. COUTO, Jorge (Apresent.); DOMINGOS, Manuela D.(Orgs.). 2ªed. Lisboa: BN, 2006.

REISEWITZ, Marianne, “O impacto do ideário iluminista no Brasil: razão e livros sediciosos”, **Entre Passado e Futuro – Revista de História Contemporânea**, n. 1, ano 1, 2002.

RODRIGUES, José Damião. Um arquipélago de geometria variável: representações dos Açores no período moderno (séculos XVI-XVIII). **Revista de História Regional** 13(1), 2008.

SANTOS, Cândido. Matrizes do Iluminismo católico da época Pombalina. **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2004.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TAVARES, Rui. **O pequeno livro do Grande Terramoto: ensaio sobre 1755**. Lisboa: Tinta da China, 2005.

_____, Rui. Lembrar, esquecer, censurar. **Estudos Avançados**. V. 13. N. 37. São

Paulo: USP, 1999.

VAZ, Francisco Antonio Lourenço. **A Fundação da Biblioteca Pública de Évora**. Disponível em: http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01_Mar05/Simposio/FVaz.pdf. Acesso em: 10/05/2012.

VILLALTA, Luiz Carlos. A Universidade de Coimbra sob o reformismo ilustrado português (1770-1807). In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e (org.). **As reformas pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.